

## ➤ Pregão/Concorrência Eletrônica

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### **DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE**

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2023

SEI Nº 0001889-83.2023.6.27.8000

RECORRENTE: GENTE SEGURADORA S.A (CNPJ/MF nº 90.180.605/0001-02)

RECORRIDA: MAPFRE SEGUROS S.A (CNPJ/MF nº 61.074.175/0001-38)

#### I – DO RELATÓRIO

O Pregão Eletrônico nº 31/2023 tem como objeto contratação dos serviços de seguros para 71 (setenta e um) veículos da frota deste Tribunal, com coberturas, condições, obrigações e observações conforme descritas no Termo de Referência.

Nos termos estabelecidos pelo instrumento convocatório, a empresa GENTE SEGURADORA S.A impetrou recurso contra a decisão deste Pregoeiro que aceitou a proposta da empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, alegando, em síntese, que a licitante se encontra impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.

A empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A apresentou contrarrazões.

Neste contexto chegaram os autos a equipe de pregão para análise e decisão do recurso administrativo.

É o sucinto relatório.

#### II – DO RECURSO

Verifica-se que o recurso da Recorrente é tempestivo e segue o rito estabelecido no Edital.

Em cumprimento ao disposto no inciso VII do art. 17 do Decreto Federal nº 10.024/2019, que atribui ao pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão, após recebimento, passa-se à análise.

Os documentos encaminhados pelas empresas (Recursos e Contrarrazões) constam nos eventos nºs 000012301970666 e 000012301973344 do processo SEI nº 0001889-83.2023.6.27.8000, e estão disponíveis também no seguinte link: <http://www.tre-to.jus.br/transparencia/licitacoes/licitacoes> - Pregão Eletrônico – 31/23.

A empresa GENTE SEGURADORA S.A alegou em sua peça recursal, em resumo, que a MAPFRE SEGUROS S.A, encontra-se impedida de contratar com a Administração por condenação em crime de IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.

Segundo a recorrente:

(...) como condição básica para participar do pregão eletrônico, quando do acesso ao sistema [comprasgovernamentais.gov.br](https://comprasgovernamentais.gov.br) as licitantes devem declarar a inexistência de fatos impeditivos para a sua habilitação, conforme segue:

2.2. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

2.2.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrência posteriores;

A RECORRIDA no dia 05/05/2023, quando do início da sessão do certame, declarou sem nenhuma ressalva a inexistência de fato impeditivo para a sua possibilidade de licitar.

(...)

participou da licitação ciente das regras do edital, em especial quanto a vedação de participação de empresas impedidas de licitar e celebrar contratos administrativos, conforme bem explicitado no item 2.2.4. do edital, com abrangência macro e ampliada para toda a Administração Pública.

(...)

O fato é que a MAPFRE se encontra sob o efeito de grave sanção decorrente de condenação por crime de improbidade administrativa. A penalidade está claramente inscrita no Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

(...)

A condição da RECORRIDA representa risco ao interesse público. Não se trata de uma sanção decorrente de falhas em licitação ou execução de contrato. Se trata de uma penalidade decorrente de ato culposos/doloso - crime de improbidade, que gerou lesão ao erário.

(...)

O fato a ser sopesado, é que a MAPFRE se encontra sob o efeito de vigente PROIBIÇÃO do direito de licitar e contratar com administração pública por crime de improbidade administrativa, até 22/03/2027.

Os cinco anos de pena demonstram a gravidade do ato praticado. Considerando a natureza da proibição, tem-se por inequívoco, que o seu efeito repercute perante TODOS os órgãos da Administração Pública, não se limitando apenas ao âmbito do órgão aplicador.

Esse entendimento segue o do princípio da unicidade da Administração Pública.

Marçal Justen Filho (in Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Dialética, 13ª edição, 2009, p. 856) é claro ao entender que as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 tem o mesmo efeito perante toda a Administração Pública:

"(...) afigura-se ofender a lógica reconhecer que a conduta ilícita do sujeito acarretaria sanção restrita ao âmbito de um único e determinado sujeito administrativo. Se o agente apresenta desvios de conduta que o inabilitam para contratar com a Administração Pública, os efeitos dessa ilicitude se estendem a qualquer órgão. Sob um prisma sistêmico, nenhum órgão da Administração Pública poderia contratar com aquele que teve seu direito de licitar "suspenseo."

No caso da RECORRIDA, a proibição de licitar e contratar com a Administração Pública é por crime de improbidade administrativa. Os tribunais são categóricos no sentido da amplificação da abrangência das sanções

A recorrente apresentou Jurisprudência de Tribunais Superiores no sentido das suas alegações e por fim, pediu:

(...)

ANTE O EXPOSTO, requer, respeitosamente, seja revisto e reformado o julgamento e decisão proferida por esta nobre comissão, para o fim de INABILITAR e DESCLASSIFICAR A PROPOSTA da licitante, MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., por deixar de cumprir os requisitos editalícios e legais para a sua regular habilitação e classificação.

Se mantida a decisão, requer seja encaminhada à autoridade superior, conforme dispõe a Lei nº 8.666/1993, para que analise e decida em última instância para reformar a decisão recorrida, eis que totalmente injusta e ilegal.

Contando com os elevados subsídios desta Douta Comissão Julgadora, pede pelo provimento do presente recurso.

### III – DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida informou em suas contrarrazões, em suma que os argumentos da recorrente não podem ser admitidos, pois os efeitos da penalidade aplicada se restringem a esfera do órgão sancionador, não alcançando este órgão, e mais:

[..]

### III – PENALIDADE SURTE EFEITOS APENAS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

A propósito do impedimento aventado pela recorrente, cumpre esclarecer que, conforme decisão do Poder Judiciário (doc. 1), os efeitos da penalidade são restritos a esfera do Estado do Rio Grande do Norte, não alcançando este órgão.

Por isso, nada obsta, portanto, a participação da recorrente no certame nem sua contratação.

Daí porque, com o devido respeito, o recurso não deve ser aceito.

#### IV- ABRANGÊNCIA DA PENALIDADE DE SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR E DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

Como se verifica, a penalidade aplicada a esta seguradora é restrita a esfera do Estado do Rio Grande do Norte.

Isso, porque a suspensão temporária de participar em licitação e o impedimento de contratar com a Administração se restringe ao órgão, entidade ou unidade administrativa que aplicou a penalidade.

Com efeito, tendo sido apenada pelo Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, a recorrida não possui qualquer impedimento de contratar com esse Tribunal, pelo que merece ser mantida a r. decisão recorrida.

De acordo com o documento apresentado (docs. 1 e 2), fica evidente que a publicação se procedeu de forma equivocada no Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa do CNJ.

É o que, de resto, prevê a Súmula 51 do Eg. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

"A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar (artigo 87, III da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador." (g.n.)

Como se vê, a suspensão temporária produz efeito apenas na entidade administrativa que a aplicou, enquanto a declaração de inidoneidade produz efeito em todos os órgãos da Administração Pública.

Com efeito, expandir o alcance da suspensão – como pretende a recorrente – seria criar hipótese não prevista na lei.

Em suma: não há óbice para que a empresa suspensa num órgão participe de licitação promovida por outro.

(...)

A recorrida citou jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) orientando que a pena de suspensão está restrita ao órgão aplicador da sanção e também doutrina no mesmo sentido.

E ressaltando que foi punida com a penalidade de suspensão de licitar e impedimento de contratar, restrito ao Estado do Rio Grande do Norte, concluiu:

#### V – CONCLUSÃO

Não obstante o direito facultado aos cidadãos e determinado pela Carta Magna, as relações no procedimento licitatório devem considerar o princípio da celeridade administrativa, sendo inaceitáveis os recursos protelatórios e sem relevante fundamento, como o que aqui se responde. Por isso e pelo exposto, sendo absolutamente inverossímeis os argumentos expendidos pela recorrente em suas razões, confia a recorrida no não conhecimento do recurso ou, subsidiariamente, em seu não provimento, mantendo-se a r. decisão recorrida pelos seus próprios e bem lançados fundamentos

#### IV – DA ANÁLISE

Em síntese, a empresa GENTE SEGURADORA S.A GENTE SEGURADORA S.A alegou em sua peça recursal que a MAPFRE SEGUROS S.A encontra-se impedida de contratar com a Administração até 22/03/2027, por condenação em crime de improbidade administrativa, e que considerando a natureza da proibição, tem-se por inequívoco, consoante entendimento apresentados de Tribunais Superiores, que o seu efeito repercute perante todos os órgãos da Administração Pública, não se limitando apenas ao âmbito do órgão aplicador.

Por sua vez, a empresa recorrida manifestou-se informando que foi punida com a penalidade de suspensão de licitar e impedimento de contratar, restrita ao Estado do Rio Grande do Norte, não alcançando este Tribunal,

conforme decisão do Poder Judiciário (evento 000012301967876),

De acordo com o documento apresentado (cópia da Decisão Judicial), datado de 27 de abril de 2023, foi acolhido o pedido da Mapfre Seguros Gerais S.A que peticionou nos autos daquele processo (ID 99293529), informando que o juízo procedeu com a sua inscrição no Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa do CNJ de maneira equivocada, implicado na sua inabilitação para contratar com o poder público com efeitos de abrangência nacional, enquanto que a medida deveria ter sido promovida com abrangência restrita ao âmbito estadual.

Importante trazer o seguinte excerto da Decisão citada:

(...) Nesse sentido, em estrita observância ao acórdão proferido TJRN, determino que se proceda com as providências necessárias para que a medida de inabilitação de contratação com o poder público imposta à demandada Mapfre Seguros Gerais S.A se torne restrita ao âmbito do Estado do Rio Grande do Norte.

Dê-se ciência imediata ao CNJ para cumprimento dessa medida, diante da impossibilidade da inserção dessa limitação pelos meios disponibilizados no cadastramento eletrônico.(..)

De fato, ao emitir a certidão SICAF (evento 000012301978667), verifica-se que não consta no espelho do referido documento nenhum Impedimento de Licitar, apenas Ocorrência. Entretanto no Relatório de Ocorrência consta a referida penalidade, sendo que não há anotação quanto ao âmbito de Abrangência (evento 000012301978668\_última página) .

Desse modo, considerando a Decisão Judicial citada acima e acostada aos autos (evento 000012301967876), na qual há determinação para que o âmbito da penalidade mencionada seja restrito ao Estado do Rio Grande do Norte, e tendo em vista que não há impedimento para que a empresa suspensa num órgão participe de licitação promovida por outro, embora existam ocorrências cadastradas no SICAF em desfavor da empresa Mapfre Seguros Gerais S.A, atualmente a licitante não se encontra com impedimento de licitar com este Regional.

#### V – DA DECISÃO

Assim, com suporte na Decisão Judicial mencionada, na qual há determinação para que a abrangência da penalidade apontada seja restrita ao Estado do Rio Grande do Norte (evento 000012301967876), julga-se IMPROCEDENTE o Recurso formulado pela empresa GENTE SEGURADORA S.A mantendo-se inalterada a decisão que DECLAROU VENCEDORA do certame (Pregão Eletrônico nº 31/2023) a empresa MAPFRE SEGUROS S.A (CNPJ/MF nº 61.074.175/0001-38).

Por fim, submeto a presente decisão à consideração superior.

**Fechar**